

Município da Batalha exige mais estudos ambientais antes da exploração de gás

28 de Novembro, 2018

O Município da Batalha anunciou hoje que está contra a prospeção de gás na região e exige que sejam realizados mais estudos ambientais sobre o património biológico e geológico concelhio. Após o fim do período de consulta pública relativamente ao processo “Sondagem de Prospeção e Pesquisa de Hidrocarbonetos Convencionais na Área de Concessão de Batalha”, o Município suscitou fortes reservas sobre o processo de perfuração, considerando que “a concessão admite especificamente que possam vir a ser efetuados trabalhos de exploração de hidrocarbonetos nesta área, não ficando liminarmente arredada a hipótese de recurso à técnica de fraturação hidráulica para a sua realização”, pode ler-se no documento subscrito pelo presidente da autarquia, Paulo Batista Santos (PSD), refere a Lusa

A Câmara da Batalha, no distrito de Leiria, refere que o “processo de prospeção poderá colocar em gravíssimo risco os aquíferos que abastecem o Município, por contaminação de hidrocarbonetos e metais pesados, pois a elevada vulnerabilidade dos mesmos está intimamente associada à reduzida espessura e tipologia dos solos existentes na região”.

Salienta-se ainda que a “técnica de fraturação hidráulica é igualmente geradora de sismicidade, cujos impactos podem ser particularmente relevantes sobre o património construído público”, onde se destaca o Mosteiro da Batalha, Património da Humanidade classificado pela UNESCO.

Paulo Batista Santos refere ainda que a “exploração de hidrocarbonetos nesta área, como preconiza a concessionária, como atividade extrativa no subsolo, pode ainda revelar-se danosa para o património arqueológico concelhio – tendo em consideração o elevado número de sítios arqueológicos já inventariados e nos quais se identificaram vestígios de fixação Paleolítica, Neolítica, da Idade do Bronze, Idade do Ferro e presença Romana, dispersos pela quase totalidade do território em causa – obrigando à realização de exaustivos estudos prévios ao início dos trabalhos de pesquisa e exploração”.

Resulta desta “avaliação desfavorável” realizada pela autarquia, a “exigência da realização de exaustivos estudos dos impactes ambientais sobre o património biológico e geológico concelhio, o que não resulta da avaliação ambiental em causa, antes da implementação de qualquer atividade associada ao processo de prospeção e pesquisa, exploração experimental e exploração de hidrocarbonetos”, conclui o documento apresentado na discussão pública.

Paulo Batista Santos defende ainda que os estudos também contemplem os “impactos cumulados com outras atividades já instaladas a nível concelhio e nos concelhos limítrofes, suscetíveis de causar danos sobre este património, merecendo particular destaque as que ocorram no conjunto do maciço calcário

estremunho e parque natural das serras de Aire e Candeeiros, bem como nas principais linhas de água da bacia Hidrográfica do rio Lis, da qual o rio Lena é um contributo essencial”.